5º Curso sobre Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Uma Visão Sistêmica da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021- Turma Confirmada!

Brasília-DF, 20 a 24/11/2023
Horário do evento: 08h às 13h

I - OBJETIVO:

Apresentar aos participantes as novas regras sobre licitações e contratos administrativos sob o aspecto do seu conteúdo jurídico normativo, considerando a gestão por competências inerentes aos processos licitatórios e às contratações direta sem licitação.

II - OBJETIVO ESPECÍFICO:

Ao final do curso o participante estará capacitado a planejar, coordenar, dirigir, e executar as atividades dos processos de licitação e de contratação direta de acordo com as habilidades, atribuições e competências do agente de contratação e da comissão de contratação.

III - PÚBLICO ALVO:

Servidores públicos federais, estaduais/distritais e municipais.

IV - PERGUNTAS A SEREM ESCLARECIDAS NO EVENTO:

Vejas quais são os 60 principais questionamentos que serão respondidos durante o curso:

A partir de quando a nova lei passa a viger?
Qual âmbito de abrangência da Lei 14.133/21?
Pode haver combinação entre a Lei 8.666/93 e a Lei 14.133/21?
Qual impacto da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro frente à nova lei de licitações?
Quem conduzirá a licitação à luz da Lei 14.133/21, agente de contratação, comissão de contratação, quais são as suas competências e atribuições?
A admissão do princípio do planejamento das compras públicas, à luz do art. 5º da Lei 14.133/21, qual principal reflexo dessa introdução?
As licitações regidas pela Lei 14.133/21 serão preferencialmente eletrônicas?
Quais são os conceitos e definições introduzidos pelo art. 6º da Lei 14.133/21?
O que é matriz de risco e alocação de riscos?
Os estudos técnicos preliminares, abrangência e obrigatoriedade, o que mudou pela Lei 14.133/21?
Termo de referência, projeto básico, projeto executivo e anteprojeto, quais foram as principais mudanças para estes documentos?
Quais são as novas regras para a contratação de obras e serviços?
Quais são as novas regras para a realização de compras?
Quais são as regras para elaboração dos editais de licitação pela nova norma?
Os prazos e condições de impugnação ao edital foram alterados?
A inconstitucionalidade do art. 7º inciso II da Lei 14.133/21, quais são os reflexos em relação à demonstração de qualificação do servidor público?
Quais são as diretrizes em um processo de contratação por meio deste novo diploma?
Poderá haver combinação entre a Lei 10.520/02 e a Lei 14.133/21?
A Lei 14.133/21 poderá ser utilizada de forma subsidiária à Lei 8.666/93?
Qual é a abrangência da Lei 14.133/21?
Poderá haver a utilização da Lei 13.303/16 e a Lei 14.133/21 concomitantemente à mesma pessoa jurídica de direito privado na qualidade de empresa pública?
Houve inversão na fase de julgamento das licitações na Lei 14.133/21?
As principais mudanças sobre a fase recursal na licitação, o que muda em relação à unificação delas?
O que são os procedimentos auxiliares que estão previstos na Lei 14.133/21?
Quais as características do credenciamento e da pré-qualificação?

O que é procedimento de manifestação de interesse?
Quais são as novas modalidades de licitação?
Qual procedimento de julgamento das modalidades de licitação?
Quais foram os regimes de contratação que inovaram com a Lei 14.133/21, do que se trata contratação integrada e semi-integrada?
Quais foram os critérios de julgamento introduzidos pela Lei 14.133/21?
Os pareceres jurídicos e a responsabilidade dos pareceristas, quais foram as principais mudanças?
As condições de habilitação na licitação apresentam alguma inovação, quais?
O que mudou em relação a Lei 14.133/21?
Com a Lei 14.133/21 houve alteração para os casos de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação?
Como instruir meu processo de licitação e o meu processo de dispensa de licitação ou de inexigibilidade?
O que mudou na forma de documentação das dispensas e inexigibilidades de licitação?
Houve alteração para dos valores no caso de dispensa de licitação?
Qual a principal mudança para a contratação direta por dispensa de licitação para as situações emergenciais?
Qual foi a mudança em relação a interpretação da taxatividade dos casos de dispensa de inexigibilidade de licitação?
Quais são as formas de pesquisa de preços que foram introduzidas pela Lei 14.133/21?
Agora o orçamento estimado é definitivamente sigiloso ou existem exceções?
O que muda no Sistema de Registro de Preços?
No âmbito federal o Decreto 10.024/19 precisará passar por alterações para aplicação da Lei 14.133/21?
O que mudou em relação aos benefícios para as microempresas e empresas de pequeno porte?
As empresas de pequeno porte poderão receber os benefícios da Lei Complementar 123/2006 em qualquer tipo de contratação e valor estimado?
O que mudou em relação aos contratos administrativos?
Como funcionará a formalização dos contratos?
Quais são as cláusulas obrigatórias nos contratos administrativos?
As garantias contratuais, houve alteração em relação aos percentuais e modalidades?
O que significa alocação de riscos nos contratos administrativos?
Prerrogativas da administração, houve mudança com o novo diploma?
Sobre o prazo de duração dos contratos, quais as principais mudanças introduzidas pela Lei 14.133/21?
Relativo à execução dos contratos, quais foram as mudanças?
Os contratos poderão ser alterados, os seus preços e condições, em quais

circunstâncias?
O que muda com os conceitos de reajusta de preços, repactuação e revisão de contratos?
Quais são as hipóteses de extinção dos contratos?
Sobre o pagamento dos contratos, quais são as novas regras e prazos de pagamentos?
Quais são as cláusulas e condições para nulidade dos contratos?
Inovação sobre os meios alternativos de solução de controvérsias, o que é e quais são as vantagens para administração para resolução dos problemas decorrentes dos contratos?
As infrações administrativas, o que mudou, quais são as causas para imposição de sanções administrativas e os respectivos prazos?

Essas e outras perguntas serão respondidas em nosso encontro, não perca a oportunidade de participar!

V - ESTRUTURA E CONTEÚDO:

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021
PRINCÍPIOS. Conceito princípio jurídico e a exposição dos princípios inseridos no art. 5º da Lei 14.133/21, aplicação principiológica e as consequências de sua violação;
DEFINIÇÕES. Definições apresentadas no art. 6º da Lei 14.133/21, sua aplicabilidade e seu sentido prescritivo;
AGENTES PÚBLICOS. Agende de contratação e comissão de contratação, atribuições e responsabilidades, solidariedade na responsabilidade;
LICITAÇÕES. Conceito, diretrizes e objetivos;
FASE PREPARATÓRIA DA LITAÇÃO. Instrução do Processo Licitatório, Modalidades de Licitação, Critérios de Julgamento, Edital de Licitação
Disposições Setoriais: Compras, processo de padronização; Obras e Serviços de Engenharia; Serviços em Geral; Locação de Imóveis;
REGIMES DE CONTRATAÇÃO. Destaques para contratação integrada e semi-integrada;
DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Procedimentos e análise do instrumento por assessoramento jurídico, obrigatoriedade;
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES. Prazos para apresentação das propostas; Modo de disputa, aberto, fechado, sua utilização combinada ou

isolada; Lances intermediários;
JULGAMENTO. Classificação e desclassificação das propostas; vícios sanáveis e insanáveis; Empate e desempate; Procedimento de negociações;
HABILITAÇÃO. jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; econômico-financeira; limites e condições;
ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO. Procedimentos e providências; adjudicação e homologação; revogação ou anulação; saneamento de irregularidades;
CONTRATAÇÃO DIRETA. Processo de Contratação Direta; Inexigibilidade de Licitação; Dispensa de Licitação;
INSTRUMENTOS AUXILIARES. Procedimentos Auxiliares, Credenciamento, Pré-Qualificação, Procedimento de Manifestação de Interesse, Sistema de Registro de Preços, Registro Cadastral;
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Conceito, cláusulas necessárias e obrigatórias;
FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS. Convocação do adjudicatário; procedimento de contratação dos demais observando a ordem de classificação; preço e condições; Divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas;
GARANTIAS CONTRATUAIS. Modalidades e percentuais;
ALOCAÇÃO DE RISCOS. Conceito e aplicabilidade;
PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO. Cláusulas exorbitantes, conceito e abrangência, forma de aplicação;
DURAÇÃO DOS CONTRATOS. Vigência, prorrogação e classificação;
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS. Obrigatoriedade de manutenção das condições apresentadas na licitação; cumprimento do objeto; trocas e substituições; obrigação de fazer e de não fazer;
ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS. Alterações unilaterais e consensuais; acréscimos ou supressões, limites; reajustamento e reajuste de preços, revisão, equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. Descumprimento parcial e total, casos de rescisão; unilateral, consensual e judicial ou arbitral;
RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO. Condições de recebimento provisório e definitivo, compras, obras e serviços de engenharia;
PAGAMENTOS. Moeda corrente do país; ordem cronológica; valores e procedimentos de pagamento; Categoria dos contratos;NULIDADE DOS CONTRATOS. Conceito e aplicabilidade; impactos na execução dos contratos; interesse público na avaliação da decretação de nulidade dos contratos; riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.
Conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem; Direitos disponíveis e indisponíveis; classificação em cláusula contratual;
INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. Tipos de sanções;aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade; prazos das sanções e âmbito de

aplicação; recursos e decisões suspensivas;
IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS. Prazos; meios de apresentação; prazos de decisão e manifestação de interesse; preclusões;
CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES. Práticas de gestão de riscos; controle preventivo; assessoramento jurídico e controle interno; controle externo Tribunal de Contas;
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).Destinação; Conceito e utilização; Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas; obrigatoriedade; lançamentos das licitações; prazos de integração e operacionalização;
ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS. Norma extravagante; código penal e outras;
VACATIO LEGIS. Aplicação alternativa; aplicação exclusiva; obrigatoriedade; vedação de combinação com diplomas vigentes;

VI – METODOLOGIA E PERÍODO

Exposição dialogada com desenvolvimento técnico- teórico normativo, por meio de aula síncrona. O evento está programado para o **período de 20 a 24/11/2023,** no **horário das 08h às 13h,** totalizando 24 (vinte e quatro) horas/aula.

VII – LOCAL E INFORMAÇÕES

O evento será ministrado nas instalações da Abop. Para maiores informações utilize os telefones: (61) 3224-2613, (61) 3224-2159 e Fax: (61) 3225-1993, na Internet acesse o endereço www.abop.org.br

VIII– INSCRIÇÕES / CUSTO

Deverão ser feitas através do preenchimento da Ficha de Inscrição Online, enquanto houver vagas. **O investimento da inscrição é de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por participante.**

Para cada 05(cinco) inscrições do mesmo órgão efetivadas neste evento, a Abop está oferecendo 01(uma) bolsa integral adicional.

A ABOP só considerará efetivada a inscrição após a apresentação da cópia do depósito da referida importância no Banco 341 – ITAU – Agência 8635, Conta Corrente nº 24938-9 ou da Nota de Empenho correspondente, em nome da entidade. O CNPJ 00.398.099/0001-21 e CF/ DF07.

343.300/001-00.

A ABOP poderá postergar o início do evento ou cancelar em até 48 horas antes do inicio do evento, caso o número de participantes não seja suficiente para atender a programação.

IX – REQUISITOS

Ter curso superior ou exercício profissional na área de contabilidade, administração, serviços gerais, planejamento, orçamento e finanças públicas em geral ou em áreas correlatas.